

Análise da dependência de transferências intergovernamentais nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis

Elisangela Martins Jacques (elisangelamjacques@hotmail.com)

Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Fabricia Silva da Rosa (fabriciasrosa@hotmail.com)

Doutora em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo

O Brasil vem passando por um processo de descentralização do poder, buscando dar mais autonomia aos Estados e Municípios. Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo analisar a dependência de recursos federais e estaduais nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, situada no estado de Santa Catarina, entre os anos de 2012 a 2014. Para tanto, buscou-se conhecer as origens da receita corrente dos municípios, ou seja, se provem do governo federal, do estado ou de arrecadação própria e também calcular a correlação entre o número de habitantes e o grau de dependência de recursos intergovernamentais apresentado pelos municípios. Para análise da dependência foi calculada a relação entre receita corrente total e transferências correntes de cada município durante os anos analisados e, para a correlação, foram utilizados o percentual de dependência apresentado em 2014 e a população do município no mesmo ano. A identificação das origens foi realizada a divisão, dentro das transferências correntes, do que provinha da União e o que provinha do Estado. Como resultado da pesquisa, foi possível evidenciar que a maior parte dos entes apresenta um alto grau de dependência de recursos de transferências intergovernamentais, tendo como principal transferidor o governo federal e, quanto à correlação, a região apresentou uma correlação negativa forte, inferindo que quanto menor a população do ente, maior sua dependência de recursos financeiros.

Palavras chave: Transferências intergovernamentais, Municípios, Contabilidade Pública.

Dependence Analysis of the Inter-governmental Transferences in Florianopolis Municipalities

Abstract

Brazil has been in a power decentralization process, searching for more autonomy of the States and Municipalities. Therefore, the research has the objective to analyze federal and state dependences in Florianopolis Municipalities, placed in Santa Catarina State from 2012 to 2014. In this way, it was searched to know the municipality current revenue origins, that is, if it comes from the federal government, state or own levied and also to calculate the correlation between the number of inhabitants and the inter-governmental dependence resource degrees presented by the municipalities. For analysis of dependency has calculated the ratio of total current revenues and current transfers of each municipality during the years analyzed and for the correlation, we used the percentage of addiction presented in 2014 and the population of the city in the same year. The identification of origins was held the Division, within the current transfers of which stemmed from the Union and what came from the State. It was possible to discloser with the research outcome that most of the entities present high inter-governmental dependence resource degrees, having as the main transfer the federal government and, according to the correlation, the region presented a strong negative

correlation, inferring that as lower the entity population is higher it is its financial resource dependences.

Key-words: Inter-governmental transferences, Municipalities, Public Accounting.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o poder legislativo da União, dos estados e dos municípios é obrigado, pela Lei nº 4320/1964, a elaborar, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), o orçamento dos entes do setor público, prevendo as receitas e despesas para o ano seguinte de sua aprovação.

Na elaboração do orçamento, as receitas orçamentárias são de fundamental importância, visto que são elas que permitem a criação das despesas, possibilitando a continuidade das atividades do Estado, para o atendimento das necessidades públicas. Essas receitas correspondem aos ingressos financeiros que o governo pode usar efetivamente na execução do orçamento público. Sua arrecadação pode ser feita através da cobrança de tributos e da venda de bens e serviços, ou também pelas transferências de recursos intergovernamentais.

Essas transferências podem ser efetuadas entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Sua realização pode ser de caráter constitucional ou legal, ou ainda voluntária. As definidas como constitucional ou legal são aquelas estabelecidas pela constituição ou por lei, obrigando um ente a transferir ao outro, como: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) e as transferências do FNDE. Já as voluntárias são os recursos entregues a outro ente da Federação, para auxílio financeiro, que não provém de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), não havendo garantias reais da transferência.

Desde o final da década de 80, com a outorga da atual Constituição Federal, o Brasil vem passando por um processo de descentralização fiscal, atribuindo mais poder de tributar e gerar renda aos estados e municípios, com o objetivo de dar maior independência financeira aos entes. Porém, como já concluído em estudos anteriores, como os de: Scur e Platt Neto (2011), Nazareth (2015) e Sousa e Arantes (2012), os municípios ainda se mostram insuficientes na geração de recursos para o fornecimento dos serviços públicos que lhe foram delegados. Sendo assim, ainda é apresentada grande dependência de receitas oriundas de repasses intergovernamentais.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa busca analisar, no período de 2012 a 2014, a composição das receitas dos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, a fim de responder a seguinte questão: Qual o grau de dependência de recursos federais e estaduais nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis? Através desta problemática, busca-se analisar a evolução da dependência destas transferências durante os anos. Também será evidenciada a composição destes repasses, a fim de identificar de onde eles são provenientes.

O assunto abordado tem relevância na área de contabilidade pública e se justifica pela necessidade de verificar se o processo de descentralização e autonomia dos municípios, iniciado no fim da década de 80, está conseguindo ser realizado, tornando estes entes mais independentes, financeiramente, da União e do estado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

A Lei nº 4320, publicada em 1964, determinou normas para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos, trazendo um enfoque orçamentário para a contabilidade pública quando foi aprovada. Nesse sentido, a Contabilidade Pública é o "ramo da contabilidade que estuda, controla e demonstra a organização e execução dos orçamentos, atos e fatos administrativos da fazenda pública, o patrimônio público e suas variações" (ABOP, 1975 apud TCE/SC, 2003, p.102).

Em 2008, com a entrada em vigor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), iniciou-se um processo de mudança para uma "Nova Contabilidade Pública", conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A NBC T 16.1 definiu o conceito de CASP como: "o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público" (CFC, 2008).

Deste modo, a CASP diferencia-se da Contabilidade Pública anterior por seguir os Princípios de Contabilidade estabelecidos na Resolução CFC nº. 750/1993 (CFC, 1993, atualizada em 2010), o que representa uma mudança do enfoque orçamentário (ênfático no conceito da ABOP) para o enfoque sobre seu objeto enfatizado pelo CFC, o patrimônio. (PLATT NETO, 2015a)

Apesar da mudança de enfoque, o orçamento ainda continua sendo um importante instrumento dentro da administração pública, possibilitando aos gestores "planejar o uso dos recursos limitados que extrai da sociedade, visando otimizar seus resultados." (PLATT NETO, 2015b).

Segundo a Lei nº 4320/1964, "A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade." (BRASIL, 1964)

No momento da elaboração e planejamento do orçamento, a previsão das receitas se torna peça necessária para a criação das despesas que serão utilizadas para o atendimento das necessidades públicas.

2.2 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas orçamentárias "são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade" (STN, 2014).

A população necessita de serviços públicos, tais como: educação, saúde, justiça, segurança, defesa nacional etc. Para financiar a execução dos serviços, o governo, investido do poder de arrecadar, efetua a cobrança de recursos financeiros, aos quais chama de receita, de modo a distribuir aquele custo com as pessoas beneficiadas. (MOTA, 2009)

Segundo a Lei nº 4320/1964: "A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital" (BRASIL, 1964, art. 11). São denominadas como correntes, pois derivam do poder de tributar ou da venda de produtos e

serviços. Quanto às receitas de capital, "são derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos e alienação de componentes do ativo permanente" (LIMA; CASTRO, 2009).

Conforme essa classificação, as duas categorias econômicas são desmembradas em origens. (PLATT NETO, 2015a). O quadro 1 apresenta como as receitas são desmembradas:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receita Tributária	Operações de Crédito
Receita de Contribuições	Alienação de Bens
Receita Patrimonial	Amortização de Empréstimos
Receita Agropecuária	Transferências de Capital
Receita Industrial	Outras Receitas de Capital
Receita de Serviços	
Transferências Correntes	
Outras Receitas Correntes	

Fonte: Adaptado de Cruz et al (2003)

Quadro 1 - Classificações da Receita em Categoria Econômica e Origem

Nesta classificação as transferências correntes “são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independente de contraprestação direta em bens e serviço. Podem ocorrer em nível intragovernamental e intergovernamental, bem como recebidas de instituições privadas, do exterior e de pessoas” (CRUZ et al., 2003).

2.3 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou “recedor”). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. (STN, 2014)

Dentro da classificação econômica das receitas correntes, se encontra na origem denominada “Transferências Correntes” e, nas receitas de capital, faz parte das “Transferências de Capital”.

Ainda sobre o conceito de transferência intergovernamental, é importante destacar que, como seu próprio nome indica, essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, não guardando relação, portanto, com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente. (STN, 2014)

Os repasses de recursos intergovernamentais são divididos em: transferências constitucionais e legais e, transferências voluntárias. Quanto as constitucionais e legais, o MCASP define que: “Enquadram-se nessas transferências aquelas que são arrecadadas por um ente, mas devem ser transferidas a outros entes por disposição constitucional ou legal.” (STN, 2014)

Conforme o art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de

cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). (STN, 2014)

A contabilização feita pelo ente transferidor se comporta de forma diferente nos dois tipos de transferência. Os repasses constitucionais e legais podem ser registrados como despesa ou como dedução de receita. Já as transferências voluntárias só podem ser consideradas como despesa, pois não existe regulamentação legal para a transferência. Esta última forma de repasse é realizada, geralmente, em forma de convênio entre os entes.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Pesquisas anteriores também buscaram evidenciar a dependência e importância das transferências intergovernamentais para os municípios brasileiros. Alguns estudos abordaram as transferências correntes num contexto geral e outros analisaram transferências específicas.

Sousa e Arantes (2012) realizaram uma pesquisa sobre a dependência e importância do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no município de Boa Vista – RR, durante os anos de 2001 a 2011.

Verificou-se que o ente apresentou, em 2009, um percentual de 85% de transferências correntes em relação ao total das receitas correntes. Dentro deste valor, 65% eram referentes ao FPM, mostrando sua importância dentro do orçamento do município. Durante os anos analisados, observou-se uma queda significativa do valor recebido pelo FPM, em 2008, o que causou um grande impacto na gestão administrativa de Boa Vista. Segundo Sousa e Arantes (2012), “Esse fato mostrou que o município possui dificuldades para se auto financiar por meio da arrecadação própria, que tem uma baixa representatividade em suas receitas líquidas.”.

Eles também mencionam que “essa dependência está estritamente ligada ao tamanho do município, na grande maioria dos casos os municípios menores em relação ao número de habitantes, são os que mais dependem do FPM” (Sousa e Arantes, 2012).

Em outro artigo, Nazareth (2015) realizou um estudo sobre elementos para o debate sobre descentralização fiscal e autonomia municipal. É abordado como o processo de descentralização iniciado nos anos 80 fortaleceu o papel do município na execução das políticas públicas e como este fato aumentou a necessidade de recursos intergovernamentais. O texto ressalta que, como o Brasil concentra a arrecadação no nível central de governo e vem aumentando a descentralização dos encargos, se “torna necessária e fundamental a transferência de receitas para ajustar verticalmente a capacidade de gasto de cada nível de governo”. (Nazareth, 2015)

A autora também cita que “o município tem autonomia restrita à execução: a maior parte dos recursos transferidos tem destinação pré-definida na legislação ou nos diversos programas definidos pelo governo central” (Nazareth, 2015). Com isso, os municípios não conseguem adequar suas ações a real necessidade da região, ficando limitados às políticas públicas federais, visto que maior parte de seus recursos provem de transferências intergovernamentais.

Em 2011, Scur e Platt Neto publicaram um estudo que realizou o diagnóstico da dependência de recursos intergovernamentais no município de Canela, localizado no estado de Rio Grande do Sul. Foi feita a análise do percentual de participação das transferências correntes no total da receita corrente entre os anos de 2001 a 2010. Durante os anos

observados, verificou-se uma média de, aproximadamente, 62% de participação das transferências na receita corrente do município.

A dependência orçamentária do Município de Canela, às transferências intergovernamentais, é um fato comprovado por meio dos dados obtidos e apresentados. A estrutura da receita do Município evidencia, em termos percentuais, o elevado grau de dependência em relação às receitas de transferências, recebidas do Estado e da União, que representaram, em média, 62,56% do total de receitas, contra 37,44% da arrecadação própria. (Scur e Platt Neto, 2011).

Através dos estudos anteriores é possível perceber que há uma grande dependência de recursos intergovernamentais nos municípios, muitas vezes devido à baixa capacidade de arrecadação, junto com uma maior responsabilidade pela execução de algumas políticas públicas. Esta elevada dependência pode gerar um engessamento das ações dos municípios, visto que a maior parte das transferências são predestinadas para algum fim, como educação, saúde, transporte, etc.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é considerada descritiva, pois tem o objetivo de evidenciar o grau de dependência dos recursos federais e estaduais e, também verificar sua correlação com a população de cada município. Quanto à abordagem do problema, é considerada quantitativa e qualitativa. E, em relação aos procedimentos, é realizada através de análise documental.

O estudo teve como principal objetivo o diagnóstico da dependência de transferências intergovernamentais federais e estaduais nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, entre os anos de 2012 a 2014. A região da grande Florianópolis compreende os municípios de: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

A coleta dos dados é realizada no site Finanças do Brasil (FINBRA), da Secretária do Tesouro Nacional (STN). Os dados são referentes às receitas orçamentárias realizadas dos municípios do Estado de Santa Catarina, no período de 2012 a 2014, extraído-se as informações dos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis. Também foram extraídas informações sobre a população destes municípios. Porém, como o FINBRA não possuía todas as informações necessárias para análise do ano de 2014, também há pesquisa no Portal da Transparência da prefeitura de Florianópolis, solicitação de relatórios por e-mail com a prefeitura de Antônio Carlos e coleta no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN) referente aos municípios de: Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara.

A análise dos dados é feita com base no modelo apresentado no artigo de Scur e Platt Neto (2011), havendo algumas modificações. Também foi realizada uma análise da correlação entre grau de dependência dos recursos e número de habitantes. Para isso, foram utilizadas como variáveis: número de habitantes e grau de dependência do ano de 2014.

Para análise do grau de dependência de recursos intergovernamentais são utilizados os valores das transferências correntes e da receita corrente. Também é apresentada a receita corrente líquida dos municípios, obtida através da receita corrente subtraída as deduções da receita corrente.

O estudo faz uma correção monetária durante os anos, para eliminar o efeito da inflação nos períodos analisados e poder obter uma melhor análise da evolução das receitas. O

índice utilizado foi o IGP – M (FGV), tendo como base o ano de 2014. Entre 2012 e 2014 o índice aplicado foi 1,1014755 e, entre 2013 e 2014 foi 1,0429693. Foram atualizados os valores da receita corrente e da dedução da receita corrente da tabela 1, as transferências correntes da tabela e a receita corrente na tabela 2, e os valores da tabela 4, que apresenta a origem dos recursos.

O resultado da pesquisa se restringe aos municípios estudados, dentro do período analisado, não podendo ser considerado como realidade para outro período ou outra amostra de municípios.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

A Região Metropolitana de Florianópolis, criada pela LCE nº 162/98, mais tarde extinta pela LCE nº 381/07 e reinstituída pela LCE nº 495/2010, é formada pelos municípios de: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos e Águas Mornas. Também há a área de expansão da região, integrada pelos municípios de: Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.

A economia da região é variada, com municípios que exploram atividades nas áreas de serviços, agropecuária e indústrias. Segundo dados do IBGE, a maior parte dos municípios do núcleo da região metropolitana de Florianópolis tem como principal atividade econômica a prestação de serviços, devido à exploração do turismo na região. Dois municípios, Águas Mornas e Antônio Carlos, apresentam maior atividade na agropecuária e apenas um, o município de Santo Amaro da Imperatriz, tem maior movimentação na indústria.

A tabela 1 apresenta os dados da população. Observa-se que o maior percentual de aumento da população foi entre 2012 e 2013, com um acréscimo de 4,71% na população total da região. Entre 2013 e 2014 o aumento foi de 1,85% no total.

MUNICÍPIO	2012	2013	2014
Águas Mornas	5.685	5.926	6.020
Antônio Carlos	7.613	7.906	8.012
Biguaçu	59.736	62.383	63.440
Florianópolis	433.158	453.285	461.524
Governador Celso Ramos	13.211	13.655	13.801
Palhoça	142.558	150.623	154.244
Santo Amaro da Imperatriz	20.332	21.221	21.572
São José	215.278	224.779	228.561
São Pedro de Alcântara	4.874	5.139	5.256
TOTAL	902.445	944.917	962.430

Fonte: Adaptado de FECAM (2016).

Tabela 1 – Evolução da População de 2012 a 2014

A Federação Catarinense de Municípios (FECAM) divulga informações econômicas e sociais dos municípios e regiões do Estado de Santa Catarina. Dentre esses dados, temos o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios (IDMS), “uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável.”. (FECAM, 2016)

Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. (FECAM, 2016)

ÍNDICE	Sociocultural		Econômica		Ambiental		Político Institucional		IDMS*	
	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
Águas Mornas	0,767	0,747	0,765	0,649	0,610	0,610	0,654	0,663	0,699	0,667
Antônio Carlos	0,823	0,828	0,709	0,726	0,724	0,699	0,694	0,685	0,738	0,734
Biguaçu	0,582	0,673	0,758	0,766	0,756	0,914	0,637	0,706	0,683	0,765
Florianópolis	0,583	0,754	0,771	0,786	0,855	0,855	0,681	0,665	0,723	0,765
Governador Celso Ramos	0,662	0,602	0,673	0,621	0,679	0,704	0,364	0,553	0,595	0,620
Palhoça	0,600	0,652	0,841	0,798	0,892	0,875	0,603	0,696	0,722	0,755
Santo Amaro da Imperatriz	0,670	0,756	0,749	0,698	0,855	0,855	0,582	0,611	0,714	0,730
São José	0,583	0,711	0,789	0,802	0,866	0,866	0,602	0,627	0,698	0,751
São Pedro de Alcântara	0,798	0,813	0,719	0,756	0,730	0,755	0,657	0,635	0,726	0,740
MÉDIA	0,674	0,726	0,753	0,734	0,774	0,793	0,608	0,649	0,700	0,725

Nota: *IDMS – Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados em FECAM (2016)

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios em 2012 e 2014

Na análise individual dos municípios, pode-se observar que somente Biguaçu e São José não obtiveram oscilação negativa em nenhum dos indicadores. O IDMS da maioria dos municípios obteve um crescimento, com exceção de Águas Mornas e Antônio Carlos, que apresentaram um decréscimo de 4,585 e 0,54%, respectivamente, no índice. Na análise geral, a região apresentou variação positiva no IDMS e na maioria dos índices que o constitui, exceto na Dimensão Econômica, quando se observa uma redução de 2,54% em relação aos dados de 2012.

A Grande Florianópolis é um dos destinos turísticos mais visitados de Santa Catarina. É nessa região que está situada a capital do estado, Florianópolis, famosa por suas belezas naturais e pela qualidade de vida – a maior entre todas as capitais brasileiras. Mas existem outros atrativos nas redondezas, como as estâncias de águas termais de Santo Amaro da Imperatriz, as paisagens rurais de Rancho Queimado, Anitápolis, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara, além das belíssimas praias de Governador Celso Ramos e Palhoça, onde fica a badalada Guarda do Embaú. (SANTA CATARINA, 2016)

4.2 ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

MUNICÍPIO	2012			2013			2014		
	Receita Corrente (A)	Deduções Rec Cor (B)	Rec. Cor. Líq.(A-B)	Receita Corrente (A)	Deduções Rec Cor (B)	Rec. Cor. Líq. (A-B)	Receita Corrente (A)	Deduções Rec Cor (B)	Rec. Cor. Líq.(A-B)
Águas Momas	14.911.152	1.851.219	13.059.933	15.283.311	1.948.760	13.334.551	17.174.839	2.063.150	15.111.689
Antônio Carlos	26.619.485	3.387.251	23.232.235	25.897.417	3.752.393	22.145.024	28.871.303	3.742.215	25.129.087
Biguaçu	134.655.020	16.669.163	117.985.857	132.117.966	18.057.314	114.060.652	143.301.633	18.308.980	124.992.653
Florianópolis	1.150.495.753	59.199.988	1.091.295.765	1.207.592.373	59.949.971	1.147.642.403	1.301.357.215	115.890.666	1.185.466.549
Governador Celso Ramos	34.468.610	2.443.860	32.024.751	35.511.660	2.320.821	33.190.839	41.660.747	2.773.268	38.887.479
Palhoça	266.735.633	16.995.744	249.739.889	300.286.106	32.893.807	267.392.298	348.862.053	24.811.695	324.050.359
Santo Amaro da Imperatriz	44.059.366	3.747.378	40.311.987	44.342.983	3.785.095	40.557.888	50.539.294	5.169.816	45.369.478
São José	430.671.313	33.762.296	396.909.017	444.432.078	33.795.631	410.636.448	493.945.839	35.745.232	458.200.607
São Pedro de Alcântara	14.264.748	1.662.452	12.602.296	13.982.909	1.750.241	12.232.668	15.022.320	2.112.456	12.909.864
Totais	2.116.881.082	139.719.351	1.977.161.731	2.219.446.803	158.254.032	2.061.192.771	2.440.735.244	210.617.478	2.230.117.766

Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos extraídos em STN (2015)

Tabela 3 – Receita Corrente Líquida dos anos de 2012 a 2014

MUNICÍPIO	2012			2013			2014		
	Transferências Correntes (A)	Receita Corrente (B)	A/B %	Transferências Correntes (A)	Receita Corrente (B)	A/B %	Transferências Correntes (A)	Receita Corrente (B)	A/B %
Águas Momas	12.389.858	14.911.152	83,09%	13.335.886	15.283.311	87,26%	14.051.948	17.174.839	81,82%
Antônio Carlos	21.088.640	26.619.485	79,22%	21.943.872	25.897.417	84,73%	23.302.064	28.871.303	80,71%
Biguaçu	96.396.080	134.655.020	71,59%	98.908.610	132.117.966	74,86%	101.321.113	143.301.633	70,70%
Florianópolis	507.820.084	1.150.495.753	44,14%	512.284.171	1.207.592.373	42,42%	554.010.434	1.301.357.215	42,57%
Governador Celso Ramos	19.763.479	34.468.610	57,34%	20.311.672	35.511.660	57,20%	23.358.584	41.660.747	56,07%
Palhoça	141.351.875	266.735.633	52,99%	164.729.229	300.286.106	54,86%	184.751.317	348.862.053	52,96%
Santo Amaro da Imperatriz	30.630.745	44.059.366	69,52%	32.748.212	44.342.983	73,85%	35.146.491	50.539.294	69,54%
São José	247.918.350	430.671.313	57,57%	266.240.588	444.432.078	59,91%	278.414.809	493.945.839	56,37%
São Pedro de Alcântara	10.889.741	14.264.748	76,34%	11.630.733	13.982.909	83,18%	11.963.657	15.022.320	79,64%
Total	1.088.248.852	2.116.881.082	51,41%	1.142.132.973	2.219.446.803	51,46%	1.226.320.416	2.440.735.244	50,24%
									51,04%

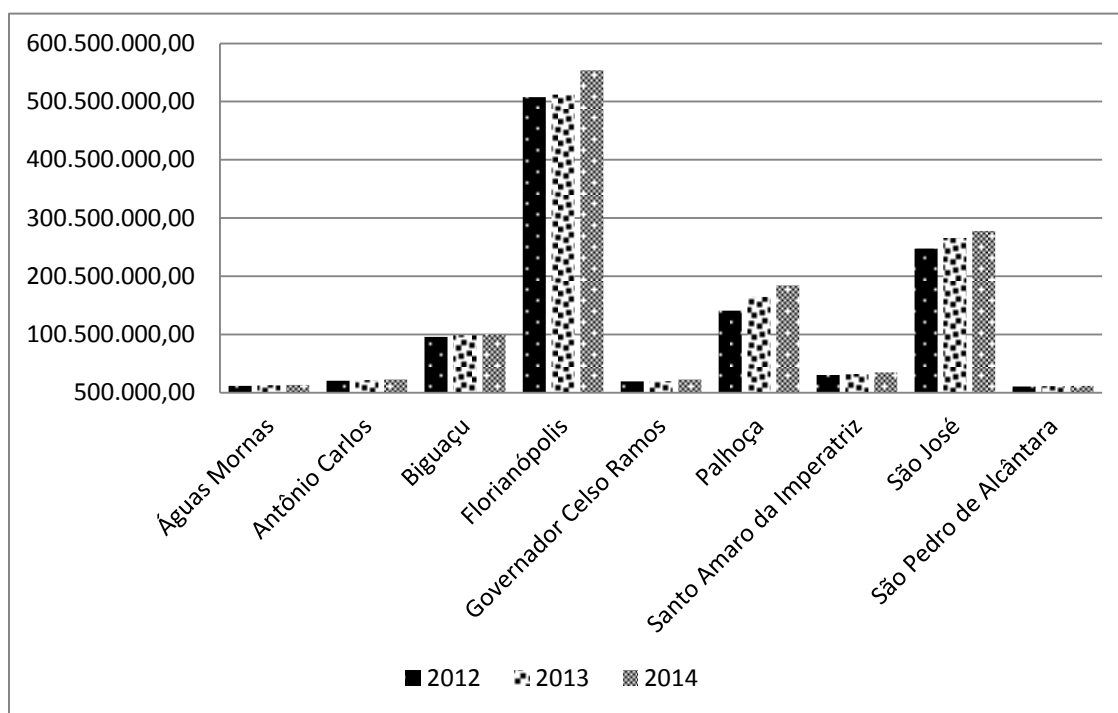
Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos extraídos em STN (2015)

Tabela 4 – Dependência de Transferências Correntes de 2012 à 2014

Para o diagnóstico da dependência de recursos intergovernamentais nos municípios da Região da Grande Florianópolis, primeiramente, é calculada a Receita Corrente Líquida dos municípios, conforme a tabela 3.

Com base nos valores atualizados, verifica-se que, entre os anos analisados não houve grande diferença nos valores líquidos arrecadados. Entre 2012 e 2013 os municípios que obtiveram maior variação foram: Palhoça, com um acréscimo de 7,07%, e Antônio Carlos, que apresentou uma redução de 4,68%. Já na variação de 2013 para 2014, todos os municípios apresentaram um aumento na receita corrente líquida, destacando-se novamente Palhoça, com aumento de 21,19%, e Governador Celso Ramos, com uma variação positiva de 17,16%.

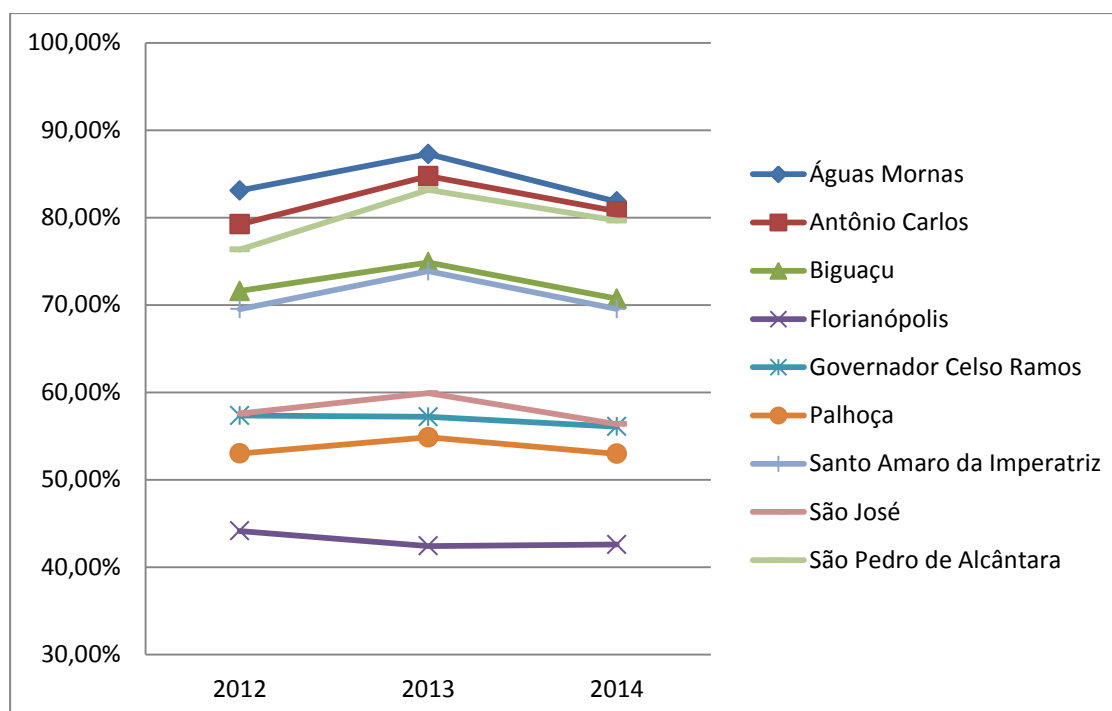
Na Tabela 4 é apresentada a dependência de transferências correntes durante os anos analisados. Entre 2012 e 2014 as transferências apresentaram constante crescimento, porém, a maioria em pequeno percentual. Destacam-se: de 2012 para 2013, os municípios de Palhoça, com aumento em 16,54%, e Águas Mornas, que obteve elevação de 7,64% dos recursos de transferências. E, entre 2013 e 2014, verificou-se uma alteração, com o município de Governador Celso Ramos apresentando maior acréscimo, de 15%, e logo após, Palhoça, com acréscimo de 12,15%. O gráfico 1 apresenta a evolução das transferências durante os anos.



Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos extraídos de STN (2015)

Gráfico 1 – Evolução das Transferências Correntes de 2012 a 2014

Quanto à análise da dependência de transferências correntes, demonstrada na tabela 2, verifica-se que, durante os anos, os mesmos municípios apresentaram os maiores e menores índices de dependência, onde Águas Mornas obteve o maior percentual, apresentando média de 84,06% durante o período. Em contra partida, a cidade menos dependente foi Florianópolis, com uma média de 43,04% de dependência durante os anos.



Fonte: Os Autores

Gráfico 2 – Evolução da Dependência de Transferências Correntes

Verifica-se, no gráfico 2, que somente o município de Florianópolis conseguiu apresentar uma dependência inferior a 50%, significando que a maior parte de seus recursos vem de arrecadação própria. O município de Águas Mornas apresentou, em 2013, seu maior índice de dependência, onde as transferências foram maiores que sua receita corrente líquida, mostrando que o ente foi totalmente financiado por transferências correntes neste ano.

MUNICÍPIO	2014		
	% Dependência	População	Correlação
Águas Mornas	81,82%	6020	-0,81
Antônio Carlos	80,71%	8012	
Biguaçu	70,70%	63440	
Florianópolis	42,57%	461524	
Governador Celso Ramos	56,07%	13801	
Palhoça	52,96%	154244	
Santo Amaro da Imperatriz	69,54%	21572	
São José	56,37%	228561	
São Pedro de Alcântara	79,64%	5256	

Fonte: Os Autores

Tabela 5 – Correlação entre população e dependência no ano de 2012

O cálculo da correlação, entre população e índice de dependência, demonstrou que há uma correlação forte negativa entre as variáveis analisadas. Ou seja, quanto maior a

população de um município, ele provavelmente terá menos participação de transferências correntes no seu orçamento.

A tabela 6 apresenta a divisão das receitas dos municípios em transferências da União, do Estado e arrecadação própria, a fim de identificar a origem dos recursos durante o período estudado.

MUNICÍPIO	2012			2013			2014		
	Transf. União	Transf. Estado	Arrecadação Própria*	Transf. União	Transf. Estado	Arrecadação Própria*	Transf. União	Transf. Estado	Arrecadação Própria*
Águas Mornas	8.412.272	3.966.571	2.521.294	8.942.925	4.392.961	1.947.425	9.304.494	4.747.454	3.122.891
Antônio Carlos	9.844.767	11.183.292	5.530.845	10.291.556	11.652.315,92	3.953.545	10.656.314	12.580.750	5.569.239
Biguaçu	47.643.187	46.886.578	38.258.940	52.575.011	46.230.564	33.209.355	55.784.436	45.446.091	41.980.520
Florianópolis	291.901.682	212.555.008	642.675.669	303.131.038	207.343.430	695.308.203	319.539.031	231.671.800	747.346.781
Governador Celso Ramos	15.499.395	4.083.258	14.705.132	16.057.249	4.254.423	15.199.988	18.568.000	4.790.584	18.302.164
Palhoça	89.110.280	52.240.319	125.383.759	106.950.110	57.774.167	135.556.876	114.060.462	70.288.689	164.110.736
Santo Amaro da Imperatriz	22.451.182	8.179.564	13.428.620	23.959.545	8.788.667	11.594.771	24.823.650	10.282.841	15.392.804
São José	133.860.681	114.057.669	182.752.964	145.087.055	121.150.328	178.191.490	149.162.348	129.252.461	215.531.030
São Pedro de Alcântara	7.729.551	3.160.190	3.375.008	8.324.342	3.306.392	2.352.176	8.527.298	3.436.359	3.058.663
Total	626.452.997	456.312.449	1.028.632.230	675.318.831	464.893.247	1.077.313.830	710.426.031	512.497.029	1.214.414.827

Nota: * compreende as receitas: Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes.

Fonte: Adaptado dos demonstrativos extraídos dos entes.

Tabela 6 – Composição da Receita Corrente de 2012 a 2014

A tabela 6 demonstra a composição da receita corrente em percentuais. A divisão é a mesma da apresentada na tabela anterior. Pode-se observar que, a soma dos percentuais das transferências federais e estaduais, que formam as transferências correntes, são superiores ao percentual da receita própria.

MUNICÍPIO	2012			2013			2014		
	Transf. União	Transf. Estado	Arrecadação Própria*	Transf. União	Transf. Estado	Arrecadação Própria*	Transf. União	Transf. Estado	Arrecadação Própria*
Águas Mornas	56,46%	26,62%	16,92%	58,51%	28,74%	12,74%	54,18%	27,64%	18,18%
Antônio Carlos	37,07%	42,11%	20,82%	39,74%	44,99%	15,27%	36,99%	43,67%	19,33%
Biguaçu	35,88%	35,31%	28,81%	39,83%	35,02%	25,16%	38,95%	31,73%	29,31%
Florianópolis	25,45%	18,53%	56,02%	25,14%	17,20%	57,66%	24,61%	17,84%	57,55%
Governador Celso Ramos	45,20%	11,91%	42,89%	45,22%	11,98%	42,80%	44,57%	11,50%	43,93%
Palhoça	33,41%	19,59%	47,01%	35,62%	19,24%	45,14%	32,73%	20,17%	47,10%
Santo Amaro da Imperatriz	50,96%	18,56%	30,48%	54,03%	19,82%	26,15%	49,16%	20,36%	30,48%
São José	31,08%	26,48%	42,43%	32,65%	27,26%	40,09%	30,20%	26,17%	43,63%
São Pedro de Alcântara	54,19%	22,15%	23,66%	59,53%	23,65%	16,82%	56,76%	22,88%	20,36%

Nota: * compreende as receitas: Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes.

Fonte: Adaptado dos demonstrativos extraídos dos entes.

Tabela 7 – Composição da Receita Corrente de 2012 a 2014 (em percentuais)

A tabela 7 apresenta o percentual de participação das transferências e da receita própria dentro das receitas correntes dos municípios. Dentro das transferências, as que têm

maior percentual são as transferências da União. O único ente que apresentou o Estado como maior transferidor foi o município de Antônio Carlos. Os percentuais também não apresentaram grande variação durante os anos analisados.

Percebe-se uma elevada dependência de recursos intergovernamentais dentro dos municípios da Região da Grande Florianópolis, semelhante ao que foi identificado no estudo de Scur e Platt Neto (2011) dentro do município de Canela. A análise da correlação também permitiu afirmar o que Sousa e Arantes mencionaram em seu estudo, que a “dependência está estritamente ligada ao tamanho do município”. (Sousa e Arantes, 2012).

Na análise das origens verifica-se um predomínio de transferências vindas do governo Federal, podendo ser devido ao fato de que ele é o nível central do governo, concentrando a arrecadação pra si, conforme apresentado por Nazareth (2015).

5 CONCLUSÕES

O estudo conseguiu identificar o grau de dependência das transferências correntes nos municípios da região da grande Florianópolis, entre os anos de 2012 a 2014, alcançando o objetivo proposto. Também foi demonstrado de onde provem esses recursos, se do Estado de Santa Catarina, do governo federal ou de arrecadação própria do município.

Observou-se uma elevada dependência de recursos intergovernamentais dentro dos municípios, exceto por Florianópolis, que apresentou a arrecadação própria como origem predominante de recursos. A média apresentada pelos municípios, que foi de 66,68%, se aproxima da média da dependência de recursos apresentada no município de Canela, que foi de 62,37%. Pode-se observar então, que a elevada dependência de recursos também ocorre em outras cidades do Brasil.

A análise de correlação entre o número de habitantes e o índice de dependência de transferências correntes demonstrou que, em 2014, havia uma correlação forte negativa, em que os municípios menos populosos são os que mais dependem dos recursos transferidos.

Dentro da composição das receitas, verificou-se como principal transferidor o governo federal, tendo como exceção o município de Antônio Carlos, que apresentou como principal transferidor o Estado de Santa Catarina.

Através do presente artigo, pode-se perceber que os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, em sua maioria, são dependentes das transferências correntes, um fato que tem influência relevante na gestão pública e no desenvolvimento da região. Torna-se necessário, assim, verificar o quanto esses recursos, vindos de outros entes, afetam a gestão pública e a autonomia do município. E, além disso, como afetam o desenvolvimento da região.

Para pesquisas futuras, recomenda-se que seja analisado o pacto da dependência desses recursos nas políticas públicas dos municípios, conforme proposto no artigo de Nazareth (2015), e que se aplique o mesmo procedimento metodológico em outras regiões, para uma possível comparação.

6 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (Org.). **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L4320.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

Caixa Econômica Federal (CEF). **SISTEMA de Coleta de Dados Contábeis - SISTN: Contas Públicas**. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 16.1, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001128>. Acesso em 25 nov. 2015.

CRUZ, Flávio da et al. **Comentários à Lei n.º 4.320**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 414 p.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM). **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável**. Disponível em: <<http://indicadores.fecam.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 230 p.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Aprovado pela Portaria STN n.º 700/2014 e pela Portaria STN/SOF n.º 1/2014. 6. ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/manuais-de-contabilidade>>. Acesso em: 14 out. 2015.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2009. 656 p.

NAZARETH, Paula Alexandra Canas de Paiva. Descentralização Fiscal e Autonomia Municipal: elementos para o debate. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 128, p.117-132, 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/703/947>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PLATT NETO (2015a), Orion Augusto. **Contabilidade Pública: atualizada e focada**. Livro didático da Disciplina Contabilidade Pública II do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 14. Ed. (rev. e atual. - semestre 2015/2). Florianópolis: Edição do autor, 2015.

PLATT NETO (2015b), Orion Augusto. **Planejamento e orçamento público**. Material didático (slides) da Disciplina Contabilidade Pública I. Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 10. ed. Florianópolis: Edição do autor, 2015.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos. **Portal Transparência**. Disponível em: <<http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01020-001/recursos.faces>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). **Portal Transparência - Balanço e Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php?pagina=responsabilidadefiscal&menu=4>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SANTA CATARINA. Santur. Secretaria de Estado de Turismo (Org.). **Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/destinos/grande-florianopolis/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SCUR, R. B.; PLATT NETO, O. A. Diagnóstico da dependência dos repasses federais e estaduais no município de Canela – RS. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 10, n. 29, p. 53-68, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33337/diagnostico-da-dependencia-dos-repasses-federai--->>. Acesso em: 14 set. 2015.

Secretária do Tesouro Nacional (STN). **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em: 20 out. 2015.

SOUSA, Ana Léia Ribeiro de; ARANTES, Emerson Clayton. FPM: IMPORTÂNCIA, DEPENDÊNCIA E O IMPACTO DAS REDUÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR - Uma análise do período de 2001 a 2011. **Revista de Administração de Roraima**, Boa Vista, v. 2, n. 2, p.51-69, 2012. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/adminrr/article/view/1138/899>>. Acesso em: 15 set. 2015.

TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. **Controle Público e Cidadania**. 3. ed. Florianópolis. TCE/SC, 2003. Disponível em: <http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/controle_publico.pdf>. Acesso em 26 nov. 2015.